

HABEAS CORPUS Nº 537.427 - SP (2019/0297777-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DANIELA SINGER CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CASSIUS ABRAHAN MENDES HADDAD
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em benefício de CASSIUS ABRAHAN MENDES HADDAD, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n. 0044287-78.2012.8.26.0050.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado, por infração aos arts. 344, caput, c/c 61, II, "d", do CP (coação no curso do processo com circunstância agravante, em concurso material).

Foi interposta apelação pela defesa perante o TJSP, a qual foi desprovida por acórdão que ficou assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL - COAÇÕES NO CURSO DE PROCESSOS - Preliminares rejeitadas - Oitiva de testemunha mediante carta precatória, sem a presença do acusado - Intimação da defesa e ausência de prejuízo - Possibilidade de investigação pelo Ministério Público - Teoria do implied power - Precedentes do Pretório Excelso - Eventual nulidade que não contamina a ação penal - Nulidades inexistentes - Mérito - Materialidade e autorias demonstradas - Elementos anímicos delineados Quantidade de mensagens enviadas - Caos no 'sistema' da Comarca de Limeira - Coações que repercutiram no âmbito dos ofendidos - Mudança das rotinas - Ameaças, inclusive, de morte - Patrocínio das vítimas, na condição de advogados, demonstrado nos autos - Âmbito de incidência do Estatuto da Ordem - Impossibilidade do reconhecimento do crime único - Diversidade de coações e em contextos diversos - Agrupamento das condutas como razoável - Continuidade delitiva delineada 'dentro' de cada um dos grupos, de maneira favorável aos acusados - Concurso material comprovado em relação a cada um dos grupos - Desígnios autônomos - Condenações mantidas - Pena-base bem lançada - Consequências experimentadas pelas vítimas - Mácula à família e ao livre exercício da advocacia - Agravante do recurso que

Superior Tribunal de Justiça

impossibilitou a defesa dos ofendidos - Montante de 1/4 proporcional - Sistema anônimo sequer rastreável pelos órgãos estatais mais equipados - Regime inicial fechado corretamente fixado - Quantidade de coações - Gravidade das condutas, já realizadas e apuradas em feito diverso - Montante das reprimendas - Circunstâncias judiciais desfavoráveis - Recursos desprovidos." (fls. 66/67)

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando que, no caso, a investigação direta pelo Ministério Público compromete diretamente o valor probatório dos elementos colhidos durante o inquérito policial quando uma das vítimas/testemunhas de acusação é seu membro. Salienta que todas as coações no curso do processo devem ser consideradas em continuidade delitiva e não concurso material, não havendo falar em desígnios autônomos.

Requer, assim, o reconhecimento da nulidade da investigação realizada pelo MP ou a continuidade delitiva entre as ações, afastando o concurso material, em favor do paciente.

A liminar foi indeferida por decisão de fls. 97/98.

O Ministério Público Federal emitiu parecer sintetizado nos seguintes termos:

"HC. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. CONDENAÇÃO. ARGUIÇÃO DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. CRIME CONTINUADO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. Parecer pelo não conhecimento da impetração ou, caso conhecida, pela denegação da ordem." (fl. 155)

É o relatório.

Decido.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o presente *habeas corpus* não merece ser conhecido, pois impetrado em substituição ao recurso próprio (cf.: HC 358.398/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 09/08/2016).

Embora seja possível a concessão da ordem, de ofício, se constatada a existência de manifesta ofensa à liberdade de locomoção do paciente, essa não é a hipótese dos autos.

Com efeito, *"nos moldes do entendimento consolidado esta Corte,*

Superior Tribunal de Justiça

eventual irregularidade ocorrida na fase do inquérito policial não contamina a ação penal dele decorrente, quando as provas são renovadas em juízo, com a devida observância do contraditório e da ampla defesa" (AgRg no HC 462.030/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 13/03/2020).

A corroborar esse posicionamento:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INQUÉRITO POLICIAL. NULIDADES. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. SUPOSTOS CRIMES DE AÇÃO PENAL PRIVADA E PÚBLICA. MEDIDAS PROTETIVAS DEFERIDAS. REQUERIMENTO EXPRESSO PELA OFENDIDA. PALAVRA DA VÍTIMA. FORÇA PROBATÓRIA. ESPECIAL RELEVÓ. DEMAIS CAUTELARES. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO INVIÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.

I - O suposto crime do art. 218-C do Código Penal se procede por meio de ação penal pública incondicionada (art. 225 do Código Penal). Não obstante, 'a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça consolidou-se no sentido de que eventuais máculas na fase extrajudicial não tem o condão de contaminar a ação penal, dada a natureza meramente informativa do inquérito policial' (AgRg no AREsp 898.264/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018)' (AgRg no REsp n. 1.730.708/RO, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 10/10/2018).

[...]

Recurso ordinário desprovido." (RHC 119.097/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 19/02/2020)

Por fim, o acórdão impugnado, ao reconhecer o concurso material, assentou:

"Quanto à pena, importante mencionar, como já dito, que as coações foram 'particionadas' em quatro grandes grupos.

Até por isso, não se pode falar no cometimento de crime único.

Com efeito, dentro da divisão em grupos, as mensagens (ainda que mediante a mesma contextualização ampla), foram enviadas em horários diversos e com coações diferentes.

Por isso, acertada entre os grupos a continuidade delitiva, considerado o aspecto temporal e a mesma espécie (do 'gênero' grupal).

Superior Tribunal de Justiça

E, agora considerado cada um dos grupos, o concurso material foi corretamente lançado.

Os grupos, especificamente, ficaram assim delineados (fls. 1.342):

I- uma vez pelas ameaças encaminhadas em março de 2012; II- uma vez pelas ameaças encaminhadas em julho de 2012; III- uma vez pelas ameaças enviadas em setembro de 2012; e IV- uma vez pelas mensagens enviadas nos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, ante a proximidade entre elas'.

Ou seja, as coações não foram lançadas em um mesmo contexto, o que afasta o concurso formal entre os grupos.

Depois, o aspecto temporal mais de trinta dias entre eles impede a aplicação do crime continuado.

Assim, até por que as coações foram diversas e com desígnios autônomos (basta imaginar que a vontade consistiu em enviá-las, tal como ocorreu), acertado o reconhecimento do concurso material entre os 'grupos'. (fls. 88/89)

Como a Corte de origem reconheceu a existência de desígnios autônomos entre os "quatro grupos de delitos" é incabível no procedimento sumário do *habeas corpus* proceder a reavaliação de fatos e provas para se concluir pela ocorrência de concurso formal entre todos os fatos.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgamentos que restaram assim ementados:

"PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. DOSIMETRIA. SEGUNDA FASE. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. QUANTUM DE AUMENTO. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. TERCEIRA FASE. DESCARACTERIZAÇÃO DO CONCURSO MATERIAL ENTRE OS DOIS CRIMES. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE, NESTA EXTENSÃO, ORDEM DENEGADA.

1. É permitido ao julgador mensurar com discricionariedade o quantum de aumento da pena a ser aplicado, desde que seja observado o princípio do livre convencimento motivado. Na espécie, o magistrado destaca que o paciente é reincidente específico, fato que justifica o incremento da pena, em um terço, na segunda fase da dosimetria.

2. A descaracterização do concurso material entre os dois crimes cometidos demandaria, necessariamente, o reexame dos fatos e das provas produzidos nos autos, o que é vedado em sede de habeas corpus. Na espécie, o Tribunal de origem afirmou que os crimes foram praticados mediante mais de uma ação com desígnios autônomos, conclusão que torna inviável, nesta via eleita, a aplicação do concurso formal.

3. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, ordem denegada." (HC 378.443/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 11/05/2017)

"HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO EM CONCURSO MATERIAL COM RECEPÇÃO DOLOSA E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PLEITO DE INCIDÊNCIA DA REGRA DO CONCURSO FORMAL. INAPLICABILIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS. PEDIDO DE ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL PREJUDICADO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

- O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do habeas corpus, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

- A dosimetria da pena insere-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.

- **Hipótese em que o Tribunal de origem entendeu ser inaplicável o concurso formal para os crimes praticados pelo paciente, destacando serem os tipos criminais de espécies diferentes, envolvendo desígnios autônomos e praticados em momentos distintos. Logo, sendo a instância ordinária soberana em matéria fática e não comportando a presente ação constitucional ampla dilação probatória, inviável a esta Corte rever os fundamentos do acórdão recorrido. Precedentes.**

- Não promovido o almejado redimensionamento da pena, não há se falar em regime diverso do fechado, porquanto o quantum da reprimenda supera o patamar de 8 anos de reclusão previsto no art. 33, §2º, "b", do CP.

- **Habeas corpus não conhecido." (HC 358.644/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA,**

Superior Tribunal de Justiça

DJe 27/10/2016)

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator